

A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NAS REGIÕES: EXPERIÊNCIAS PILOTO

INFORMATION SOCIETY IN REGIONS: PILOT EXPERIENCES

Ascensão Braga

RESUMO

Nos últimos tempos as tecnologias de informação e de comunicação têm sido alvo de um profundo e rápido desenvolvimento que se materializou numa verdadeira revolução ao nível de infra-estruturas, serviços e aplicações. Esta transformação aparece difundida por todas as sociedades, assenta sobre o hiper sector da informação e afecta todos os estados, regiões e cidadãos. A Comissão Europeia, consciente desta realidade tem vindo a empenhar-se no desenvolvimento da Sociedade da Informação, patente nos diversos documentos elaborados e no lançamento de iniciativas-piloto. Com este trabalho pretende-se analisar alguns dos projectos-piloto e alcançar lições de experiências.

Palavras-chave: Sociedade; Informação; Tecnologia; Experiências; Europa.

ABSTRACT

In the last years information and communication technologies have been the objective of a deep and rapid development that has materialized in a true revolution at a level of infrastructures, services and applications. This transformation appears in all societies; it sits on a hyper sector of information and affects all of the states, regions and citizens. The European Commission, conscious of this reality has come to pawn in the development of the Information Society through several documents and initiatives. With this work we intend to analyze some of the projects-pilot and acquiring lessons of experience.

Key Words: Society; Information; Technology; Experiences; Europe.

"A Sociedade da Informação constitui uma chance real para o desenvolvimento regional, permitindo mesmo às regiões mais distantes de se conectar com as outras regiões da união e do resto do mundo."

(Bamier, 2003)

1. INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é caracterizada por inovações tecnológicas e transformações sociais que afectam as formas de produção, os relacionamentos e a vida dos cidadãos, em resultado de um conjunto de mudanças que ocorreram ao longo das últimas décadas do século XX. Diversos factores têm contribuído para esta mutabilidade mas merece destaque o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) que assumem um lugar fundamental no acesso rápido à informação, marcando presença em todos os aspectos da vida económica e social permitindo eliminar barreiras de tempo e espaço, assim como, promover a interactividade em diferentes formas.

A ampla liberalização da economia mundial e o desenvolvimento acelerado das TIC impulsionaram a globalização das economias e a abertura a novos mercados que, por sua vez, requerem novas estruturas de negócio, nova mentalidade e cultura, bem como novas competências que exigem habilidade para aprender a adaptar e a desenvolver capacidades. Esta nova realidade incita os governos a um modelo de crescimento sustentado, baseado no objectivo socio-económico da criação da Sociedade da Informação¹(SI). Esta apresenta-se como a possibilidade de aumentar a qualidade de vida, as competências, a competitividade internacional e a interacção, com relevo especial para a perspectiva humana que é mais importante do que a tecnologia e a sua aplicação, apesar de nem sempre produzir os resultados esperados.

As regiões também não têm escapado aos impactos da mundialização onde a concorrência e o desenvolvimento das tecnologias crescem de dia para dia. Todas estas movimentações se inserem no contexto da SI, onde ao longo dos últimos anos a maioria dos países e das regiões não têm olvidado esforços para a realização de actividades relacionadas com o seu desenvolvimento, apesar de, com intensidade e resultados diferentes, originarem assimetrias de desenvolvimento. Merece realce, também, as actuações da União Europeia (UE) que fizeram da SI uma das suas políticas prioritárias criando um quadro favorável ao seu desenvolvimento.

Os países têm uma responsabilidade primordial no desenvolvimento

¹ Nos EUA Bill Clinton e o Vice-presidente Gore lançaram "A Infra-estrutura Nacional de Informação"; no Japão uma "Sociedade Intellectualmente Criativa" e na União Europeia o "Livro Branco sobre o Crescimento, a Competitividade e o Emprego na Europa e a Sociedade Global da Informação".

das suas regiões e a UE ocupa um papel crucial ao tentar ajudar cada estado-membro a agir mais e melhor do que se o fizesse isoladamente. Deste modo, a Comissão Europeia tem vindo, desde os anos noventa, a empenhar-se no desenvolvimento da SI em todos os países, pela sua importância estratégica para a Europa, o que está patente nos diversos documentos de orientação elaborados², bem como no lançamento de projectos-piloto³.

A Sociedade da Informação arrasta consigo todo um conjunto de transformações estruturais, económicas, sociais e culturais que juntamente com as TIC, vão ter fortes repercussões no potencial de desenvolvimento das regiões. Dentro da iniciativa eEurope, as acções inovadoras (do sector produtivo, dos serviços públicos ou dos próprios cidadãos) são uma importante contribuição para explorar de forma mais eficiente o potencial da SI, promovendo a oportunidade para as regiões participarem de forma pro-activa através das iniciativas inter-regionais e regionais da SI.

2. A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

As linhas estratégicas de uma política integrada para a SI na UE são relativamente recentes (2000). Até então, a Europa conhecia e regia-se por um conjunto de iniciativas políticas e legislativas dispersas mas que, à sua maneira, foram estruturantes para a construção do que é hoje a SI. Após o ano 2000 a política europeia segue uma nova orientação, patente nos Planos de Acção Integrados eEurope.

Um olhar pelos seus antecedentes faz sobressair alguns marcos importantes. Foi no início da década de noventa que a SI começou a ser vista como a chave para o crescimento económico, a competitividade, a criação de emprego e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos europeus.

No Livro Branco (1993)⁴ e no relatório de Bangemann, (1994)⁵, o potencial das tecnologias da informação surge como cataclismo do desenvolvimento europeu, apostando em novas infra-estruturas de

² "A Coesão e a Sociedade da Informação" (CE, 1997a); "Viver e Trabalhar na Sociedade da Informação: Prioridades para as Pessoas" (CE, 1996a); "Perspectivas de emprego na sociedade da Informação" (CE, 1998).

³ No V Programa Quadro a Sociedade da Informação é um dos temas centrais ocupando uma parte bastante significativa dos fundos estruturais.

comunicação. No Conselho de Corfu (1994) surge o primeiro plano de acção: "A via Europeia para a Sociedade da Informação"⁶ que tinha como objectivos principais a plena liberalização dos serviços e infra-estruturas de telecomunicações; o reforço e orientação dos programas de investimento em TIC; e a incorporação da nova dimensão da SI em todas as políticas comunitárias relevantes. No seguimento deste plano de acção, foi criado o Information Society Project Office⁷ para apoiar, promover e orientar as actividades públicas e privadas ligadas à SI. Em 1996, foi lançado o "Green Paper Living and Working in the Information Society: People First" (CE, 1996d) que discute os principais desafios sociais derivados da transição para a SI.

A rápida evolução das tecnologias e dos mercados exigiu um novo dinamismo à política comunitária. Na transição para o século XXI assistiu-se à verdadeira adesão da UE à SI através dos Planos de Acção eEurope que são capazes de responder transversalmente aos desafios provocados pelo desenvolvimento desta sociedade, com a ajuda de uma coordenação aberta e complementar das iniciativas comunitárias, nacionais e regionais. A iniciativa "e-Europe- uma sociedade de informação para todos"(1999)⁸ surge como forma de garantir que toda a União pudesse beneficiar da evolução da SI. As ideias subjacentes a esta iniciativa foram bem aceites no Conselho Europeu de Lisboa (2000) e, com intuito de acelerar a transição da Europa para a economia do conhecimento e garantir uma maior coesão entre os diferentes ritmos de desenvolvimento dos Estados-membros, foi definido um objectivo estratégico ambicioso para a década seguinte: "tornar-se na economia baseada no Conhecimento, mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social"⁹ ao que se seguiu o plano de acção "e-Europe 2002 uma sociedade de informação para todos"¹⁰. Para isso não bastava apenas investir nas tecnologias mas

⁶ Livro Branco, Crescimento, Competitividade e Emprego. Desafios e Pistas para entrar no século XXI" (COM (93) 700 final). As propostas chave apresentadas eram o desenvolvimento das redes Transeuropeias incluindo as de transporte, de energia e de telecomunicações.

⁷ "Europa e a Sociedade global da Informação: Recomendações ao Conselho Europeu" (26/5/1994)

⁸ COM (94) 347 final. Bruxelas 19/7/1994

Desde 1998, adoptou a designação de Information Society Promotion Office (ISPO).

⁹ COM (1999) 687 final

¹⁰ Conselho Europeu de Lisboa (Março de 2000)

¹¹ COM (2000) 330 final

também nas pessoas e nas qualificações, além de que seria necessário estimular o uso da internet e torná-la mais barata, mais rápida, mais acessível e perceptível.

Em 2002, baseado nos êxitos do plano anterior surgiu o "eEurope 2005. Uma Sociedade da Informação para todos"¹¹ que visava proporcionar um ambiente favorável ao investimento privado e à criação de emprego, incentivar à produtividade, modernizar os serviços públicos e facultar a todos a oportunidade de participar na sociedade da informação e do conhecimento. Os utilizadores vão ser os personagens centrais havendo um esforço da participação de todos, quer pelas novas oportunidades que vão surgindo quer pela melhoria das suas qualificações.

Mais recentemente, as linhas de acção da Comissão Europeia para a SI até 2010 estão patentes no programa i2010 – Sociedade de Informação europeia para o crescimento e emprego"¹², seguindo as directrizes do Conselho Europeu da Primavera de 2005 que considerou como essencial o desenvolvimento da SI de forma inclusiva, tendo por base a generalização da utilização das TIC nas empresas, nos serviços públicos e nos agregados familiares.

3. O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO AO NÍVEL REGIONAL

Os impactos da mundialização, da concorrência e do rápido desenvolvimento tecnológico fazem-se sentir não só ao nível dos países mas também das suas regiões. A UE reconhece que as regiões desempenham uma função chave na transição para a SI, com implicações directas no seu potencial de desenvolvimento constituindo, simultaneamente, uma oportunidade e um desafio, na medida em que a utilização das TIC dão um contributo essencial para a competitividade regional e para a coesão social. A rápida difusão das TIC oferece novas oportunidades e perspectivas de desenvolvimento para as regiões

¹¹ O Programa i2010, integra as linhas de acção da Comissão para a sociedade de informação até 2010. Foi aprovado a 1 de Fevereiro de 2005, integrando como principais vectores de acção as medidas: criação de um espaço de informação; aumento do investimento e inovação no sector das TIC; consolidação da sociedade de conhecimento aberta, transparente e acessível a todos.

¹² Pela eliminação de barreiras contra a instalação das empresas fora dos centros urbanos e constitui um grande potencial para o desenvolvimento de novas formas de emprego (por exemplo: teletrabalho) e postos de trabalho mais qualificados.

mais isoladas e mais pobres se aproximarem das mais desenvolvidas, facilitando uma localização mais eficiente do investimento¹³.

Neste sentido, as iniciativas oriundas das regiões são apreciadas como um potencial de desenvolvimento da UE conforme consta do relatório "Europa 2000 – Uma visão de conjunto para o desenvolvimento do território da Comunidade" (CE, 1991) na medida em que podem fazer valer os seus atractivos em termos de localização e intensificar contactos com outras zonas da Europa através da utilização das TIC.

De um ponto de vista estratégico, foi dada a oportunidade a algumas regiões europeias¹⁴, de utilizar os fundos estruturais para o desenvolvimento da SI nos seus territórios, apresentando para isso um plano estratégico de acção, a incluir no Programa Operativo Regional¹⁵ que, conjuntamente, com um política regional seria um forte contributo para a redução de disparidades entre elas, mas sem esquecer as especificidades próprias de cada uma.

É nesta perspectiva e tendo presente que a SI pode melhor responder às necessidades locais, considerando as condições de cada território e não partindo de um modelo abstracto, que surgiram as primeiras propostas da participação das regiões na SI através da iniciativa IRISI – Inter-Regional Information Society Initiative, a que se seguiu a iniciativa RISI – Regional Information Society Initiative¹⁶.

4. REGIONAL INFORMATION SOCIETY INITIATIVE (RISI)

A percepção dos benefícios do desenvolvimento da SI e dos perigos da exclusão, bem como o êxito da iniciativa IRISI levaram vinte e duas regiões menos favorecidas da UE a participar na iniciativa RISI (1996). Tratou-se de uma acção conjunta entre a DG V (assuntos sociais); DG XIII (telecomunicações e mercado de informação); e a DG XVI (política regional) da Comissão Europeia e que pretendia ajudar a tornar a SI e as suas aplicações num importante factor de desenvolvimento para zonas desfavorecidas, através da criação de iniciativas regionais que aumentassem a consciencialização dos cidadãos para a SI empreendendo demonstrações piloto, preparando a discussão à volta da entrada das TIC e procurando a incorporação da SI como um claro objectivo no plano

¹³ No âmbito de artigo 10 do FEDER foram levadas a cabo diversas acções inovadoras de desenvolvimento regional na área da Sociedade da Informação.

¹⁴ Esta iniciativa irá ser objecto de uma análise mais aprofundada por ter constituído a base para o trabalho empírico.

de acção e desenvolvimento das autoridades regionais.

Os principais objectivos do RISI incluem:

- Desenvolvimento de consensos e parcerias entre os diversos actores regionais no desenvolvimento da estratégia regional da SI;
- Desenvolvimento de um plano de acção para implementar a estratégia regional da SI e contribuir para o desenvolvimento da região;
- Criação de uma plataforma comum de partilha de experiências, conhecimentos e outros projectos de regiões diferentes.

Ao conjunto dos vinte e dois projectos RISI distribuídos por onze países (ver figura 1) está subjacente uma estrutura tripartida, de gestão e acompanhamento de todo o processo, composta por um Comité de Orientação Regional¹⁷; uma Unidade de Gestão¹⁸; e Grupos de Trabalho temáticos¹⁹.



Figura 1 Projectos RISI

Fonte: <http://medlab.cs.uoi.gr/rise/RISoffice/RISie.htm>

A metodologia que lhes está subjacente contém uma abordagem comum às diferentes regiões que procuram desenvolver uma estratégia e plano de acção para realizar a melhor representação regional da SI e que passa por estimular, experimentar, avaliar e difundir as melhores

¹⁷ Que representa os experts e principais agentes regionais dos sectores público e privado

¹⁸ Que apoia o Comité Regional e executa as suas decisões

¹⁹ Que estabelecem contacto com os pólos de competências da região e maior participação

práticas tendentes ao desenvolvimento de serviços e aplicações da SI e por ajudar na formação de parcerias entre actores regionais chave, que culminam no desenvolvimento regional. Trata-se de um processo complexo, não linear, dinâmico, de carácter interactivo e muitas vezes simultâneo e repetitivo. Um processo de aprendizagem que permite realçar o valor das competências e das capacidades regionais onde, para as regiões participantes, tenha lugar a oportunidade da aprendizagem inter-regional e a partilha de boas práticas.

Com efeito, o objectivo principal comum a todos os projectos consistia em preparar a região para a SI, incentivando o uso sistemático das TIC nos diversos sectores e dotar a região de infra-estruturas que tornassem as TIC acessíveis a todos os cidadãos e que melhorassem a sua qualidade de vida. A prossecução deste objectivo passava pela elaboração de uma estratégia e plano de acção para o desenvolvimento da SI na região e por um trabalho metodológico que passa por diversas etapas que assim se apresentam de forma sucinta:

- . Diagnóstico inicial da região, através de um inventário inicial das actividades existentes no âmbito da SI e do seu grau de desenvolvimento, tanto do lado da oferta como do lado da procura;

- . Sensibilizar para a SI e seus impactos. Mais do que informar a população desses impactos (bons e menos bons), a sensibilização vai ocupar um papel essencial para identificar os principais intervenientes e parceiros e fomentar a sua participação;

- . Avaliar os pontos fortes e fracos, oportunidades e riscos da região (análise SWOT). Deve ser uma análise tão objectiva quanto possível para criar um contexto onde possam ser elaborados cenários hipotéticos com opções de desenvolvimento²⁰;

- . Criar redes, desenvolver novas parcerias e alcançar o consenso entre os actores chave. A SI exige novas parcerias, pelo que, cabe às iniciativas identificar os parceiros considerados importantes e estabelecer e apoiar as relações entre eles. As regiões aprendem mais depressa se fizerem parte de uma rede de aprendizagem inter-regional que lhes permite, através da cooperação e da partilha de experiências desenvolver

²⁰ Se necessário, pode recorrer-se a consultores externos à região.

²¹ A obtenção de consensos tende a ser mais facilitada nas regiões onde a iniciativa tem ligações fortes com o governo regional e onde existe uma liderança forte. Neste sentido, a parceria mais importante é com Comité Director Regional. Mas não menos importante é obter o empenho do sector privado, o que nem sempre é fácil e rápido, daí que o sector público tenha de assumir uma abordagem flexível, criando situações vantajosas para ambos os lados.

competências e consolidar progressos²¹;

- . Acordar as prioridades de acção e assegurar o seu impacto sobre o Plano de Desenvolvimento Regional e respectiva integração. A partir de um debate regional aberto, devem ser tomadas em consideração as políticas e iniciativas nacionais e europeias;

- . Reorientar os regimes de financiamento público (em especial os fundos estruturais) de acordo com as prioridades definidas. Perante o insuficiente investimento privado, cabe às autoridades públicas desempenhar um papel catalisador. As iniciativas regionais devem influenciar e orientar a utilização dos fundos estruturais para assegurar a integração da estratégia e do plano de acção com o Plano de Desenvolvimento Regional;

- . Determinar os critérios de selecção dos projectos²² e suportes financeiros, estudos de viabilidade, de controlo e de avaliação. Tem de haver consciência de que nem todos os projectos terão o mesmo desempenho e que com os erros também se aprende. A avaliação deve ser considerada como um instrumento de aprendizagem, garantindo a troca de Informação, experiências e fazendo comparações entre os objectivos e os resultados, bem como com outros projectos idênticos.

A estas iniciativas está associada a ideia de que os modelos não podem ser de tipo "descendente", sob pena de não darem resposta aos problemas específicos de determinada região e os actores locais não aproveitarem por completo as potencialidades tecnológicas. Por esse motivo, torna-se fundamental o conhecimento in loco e a participação dos actores locais num debate conjunto sobre os problemas e necessidades de cada região e a forma de os ultrapassar. As parcerias estabelecidas entre os diversos actores locais/regionais e os trabalhos conjuntos, em uníssono, são fulcrais na elaboração de uma estratégia e de um plano de acção para otimizar os benefícios da SI. Como resultado, o poder das regiões aparece reforçado, podendo orientar os planos de acção para as suas próprias prioridades, problemas e interesses. Trata-se de iniciativas que seguem as modernas abordagens do desenvolvimento regional apoiadas nos factores endógenos de uma região e a partir daí construir as estratégias de desenvolvimento.

Da análise global dos projectos e apesar das especificidades de cada um foi possível identificar algumas áreas estratégicas de intervenção

²² A fim de ultrapassar problemas com objectividade e neutralidade podem recorrer-se a peritos externos/avaliadores externos.

comuns, que visavam assegurar a igualdade de oportunidades no acesso à informação; favorecer a integração social dos grupos mais desfavorecidos; melhorar o acesso do cidadão à oferta de formação e laboral; aproximar a Administração Pública e as restantes instituições do cidadão; divulgar os benefícios da SI; aplicar as TIC às pequenas e médias empresas, à formação, à educação, à saúde, etc; criar infra-estruturas de telecomunicações; e impulsionar a indústria regional de conteúdos²³:

Infra-estruturas e seu acesso

Dotar as regiões com boas infra-estruturas de telecomunicações e redes de serviços capazes de suportar a procura tecnológica (empresas, instituições e cidadãos) actual e futura. Evitar a discriminação entre zonas rurais e centros urbanos e adaptar a política de preços das telecomunicações à situação específica das regiões desfavorecidas.

Administração Pública e serviços públicos

Modernizar a Administração Pública com acesso a infra-estruturas e redes avançadas de telecomunicações. Melhorar os processos internos e procedimentos normativos; inter relação administração/cidadão, acções de fomento e divulgação das TIC (formação permanente aos funcionários, consciencialização das utilidade das TIC), disponibilizar serviços públicos acessíveis em linha, interactivos para incentivar os cidadãos a participar no governo local e nos serviços públicos utilizando as TIC, bem como usá-las para ajudar a descentralizar os serviços públicos e o emprego.

Educação e Formação

Dotar as escolas de todos os níveis com TIC (interligar centros educativos e as redes de centros a nível regional; intranet em bibliotecas regionais e em centros educativos) e desenvolver capacidades para a sua eficiente utilização quer da parte dos alunos quer da parte dos professores. Investir na formação e aprendizagem permanente. Apostar na formação dos formadores utilizando pedagogia adequada e adaptada às novas realidades (métodos de trabalho, conteúdos), essenciais para uma formação eficaz e de qualidade; dispor de metodologias apropriadas à pesquisa de informação.

Apostar na formação do sector empresarial (formação de base e formação continua) com vista a alcançar novos mercados através de novas formas de fazer negócio, aproveitando o desenvolvimento das TIC,

que por sua vez permitem a aquisição de conhecimentos e competências de forma a atenuar o risco de dualização.

Cuidados de Saúde e Medicina

Ligação em rede de todas as instituições ligadas ao sector da saúde com sistemas de disseminação de informação baseados nas TIC, com garantias de segurança e confidencialidade. Os profissionais de saúde deverão poder ter acesso a bases de dados especializadas, literatura científica e legislativa, registo de pacientes, fóruns de discussão, videoconferência, telemedicina, etc., que contribuam para a melhoria de decisões clínicas. Os cidadãos deverão ter acesso aos cuidados de saúde sem terem de fazer grandes deslocações, os serviços de saúde primários devem estar disponíveis e a gestão de consultas, deve ser uma realidade, etc.

Sector Empresarial

Sensibilizar e consciencializar as empresas das oportunidades trazidas pela SI e capacitá-las para o máximo do uso das TIC para aumentar a competitividade e encorajar novas formas de trabalho, negócio e cooperação (telecooperação) entre empresas para assim poderem entrar com sucesso nos mercados chave da SI e no mercado global.

Criar um ambiente favorável à inovação para impulsionar o aparecimento de empresas e organizações flexíveis com capacidade de gerar novos produtos e serviços locais correspondentes às necessidades específicas (e-commerce, serviços turismo em linha, teletrabalho, web sites), industrias de conteúdos e formas de organização que encorajem a iniciativa individual e o desenvolvimento de capacidades de aprendizagem.

Apostar na qualificação dos recursos humanos para o uso das TIC e sua inserção na organização e na estratégia das empresas e instituições, para assim poderem responder às novas necessidades bem como também desenvolver novas aplicações sistémicas.

Cidadãos

Favorecer a segurança das infra-estruturas e a multiplicação de pontos de acesso a partir de casa, do trabalho, das escolas e outros lugares de formação, bem como permitir o acesso gratuito em espaços abertos ao grande publico, particularmente nas áreas rurais e para grupos desfavorecidos (bibliotecas, quiosques, espaços Internet, centros de conhecimento) por forma a que todos possam ficar mais próximos das TIC. Aos grupos de desfavorecidos, fomentar o acesso, o conhecimento e a familiarização com um conjunto básico de utilidades das TIC.

²³ Neto (2002) apresentou um conjunto de domínios de intervenção a promover na definição de estratégias regionais de promoção da Sociedade da Informação.

Paralelamente a estas intervenções é necessário desencadear um conjunto diversificado de esforços em termos de sensibilização, explicando em todos os meios e a todos os níveis os benefícios e impactos da SI, bem como os riscos de ficar à margem deste processo. Apostar na consciencialização aos cidadãos, empresas e decisores económicos para a cultura das TIC e suas aplicações e aos poderes públicos as reais oportunidades da SI e os perigos da não adesão para a região.

Esta consciencialização pode ser feita através de um conjunto de campanhas de sensibilização para os diversos sectores (económico, público, social, etc) e para públicos alvo (pais, crianças, professores, trabalhadores, agentes públicos de serviços, etc) através de diversos meios (seminários de sensibilização, conferências, convénios, publicações, debates, mass media, eventos culturais e desportivos regionais, bibliotecas públicas, associações locais, jornais, web sites, etc). Mas mais do que sensibilizar é necessário informar e formar.

5. AVALIAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS

A tentativa de desenvolvimento da SI ao nível das regiões através da definição de estratégias adequadas obteve resultados positivos, mas por mais sucesso que uma estratégia alcance ela não pode constituir modelo a aplicar *ipsis verbis* pois, ao ser aplicada numa realidade diferente pode não dar os mesmos resultados. Neste sentido, o que se pode retirar das experiências de sucesso são as "boas práticas" e as linhas gerais que podem ser transmissíveis e adaptáveis a outras regiões com problemas semelhantes.

Os resultados obtidos com os diversos projectos RISI foram diversos e superaram as expectativas. Eles contribuíram "para impulsionar a criação de conhecimentos especializados e o emprego nas regiões"²⁴ e para o estabelecimento de novas redes entre os principais actores em cada região, bem como, contactos com outras regiões que se traduziram e vão traduzindo em benefícios; elaboraram-se documentos estratégicos e planos de acção da SI (para alguns foi a primeira experiência regional); introduziram-se estas estratégias na Estratégia de Desenvolvimento Regional; e constatou-se que, apesar de serem diferentes, as regiões têm muito a aprender umas com as outras. O RISI foi também um bom processo de aprendizagem e o aumento do conhecimento sobre o

desenvolvimento da SI trouxe a experiência necessária para ajudar os outros a perceber o conceito e o conteúdo da SI.

A partir da análise aos diversos projectos RISI e ao contacto com a realidade de dois deles foi possível tirar algumas lições sobre os factores que estiveram por detrás do sucesso desses projectos:

Prioridade Regional

Para conseguir alcançar os objectivos propostos, nomeadamente o da promoção do desenvolvimento sustentável e a coesão económica e social do território que se viesse a traduzir no crescimento do emprego e na melhoria da qualidade de vida, foi essencial encarar o desenvolvimento da SI nas regiões como uma prioridade regional e o apoio do governo regional para lançar e promover acções de desenvolvimento, bem como o apoio da Comissão Europeia.

Comité Directivo

Foi importante a existência de um Comité Directivo constituído por membros representantes dos principais actores chave da região do sector público e do sector privado (empregadores, representantes da comunidade, actividades regionais, comissão da SI, sector educativo, organizações públicas e privadas, operadores telecomunicações, governo regional, federação municípios, confederação empresários, sindicatos, organização de consumidores, organizações profissionais, experts em cada matéria, etc) e ainda a criação de grupos de trabalho para as principais linhas de acção definidas.

Campanha de Sensibilização

O desenvolvimento de uma campanha de sensibilização aos cidadãos, actores públicos e privados, para a problemática da SI para saberem e perceberem como esta pode influenciar as suas vidas, foi fundamental. Os esforços de sensibilização devem abranger o maior número de pessoas possível, serem dirigidos a toda a população e adaptada a grupos alvo (grande público, educação, empresas, meios rurais, responsáveis políticos e pessoas chave, terceira idade, meios de comunicação, grupos desfavorecidos, etc), pois só um movimento conjunto pode minimizar os riscos da dualização. Além de informar, vai servir para identificar os principais actores chave regionais e potenciais parceiros em todo o processo.

Empenho e Cooperação

Não se pode descurar a garantia e promoção do empenho e cooperação das autoridades públicas e privadas e dos agentes chave regionais para participarem activamente na definição da estratégia regional (bottom-up) e no processo de desenvolvimento regional;

²⁴ "2º Relatório sobre a coesão económica e social (2001).

Debate Público

Foi essencial o debate público alargado e aberto a todos os sectores da sociedade regional, a estratégia e prioridades, tendo presente as políticas e iniciativas nacionais e europeias que vão definir o documento estratégico. Nesta medida os intervenientes no debate podem sentir a sua participação no processo e a visão estratégica que lhe está subjacente e, por conseguinte, o processo de consenso na escolha das prioridades aparece facilitado.

Consensos Regionais

Encontrar consensos regionais é a chave para o êxito da negociação com o governo regional e com a União Europeia, do apoio socio-económico nas acções do governo regional, do apoio dos cidadãos em medidas difíceis, homologação de planos de actuação pela Comissão Europeia, etc.

Redes e Parcerias

O ponto central das estratégias das iniciativas regionais reside no desenvolvimento de redes e parcerias, locais e globais, estabelecidas entre os diversos agentes chave. Estas são importantes na transmissão de experiências de boas práticas e de conhecimentos e servem para criar uma rivalidade amigável e criativa entre as regiões, contribuindo para uma maior abertura de espírito e de redes de aprendizagem. Além das parcerias entre actores chave é, também, importante o apoio às relações entre eles. No geral todas as parcerias são importantes mas sobressaem em especial as existentes entre o sector público e o sector privado em que o sector público deve adoptar uma abordagem flexível de forma a criar situações vantajosas para o sector privado, eliminando a exagerada burocracia.

O trabalho em rede com outras regiões da UE, a partilha de experiências (dificuldades, falhas e sucessos), de conclusões, de melhores práticas com outras regiões RISI torna-se benéfico na medida em que se aprende não só com os sucessos dos outros mas, também com os seus erros. A participação nas reuniões da Eris@²⁵ foram úteis para ajudar a perceber o ponto de vista internacional do projecto e aumentar o seu progresso, quer em termos de comunicação e envolvimento, quer em termos de construção de consciencialização, quer, ainda, na administração e gestão de tarefas. Estas iniciativas RISI contribuíram para elaborar a estratégia da SI e começar com projectos-piloto, contribuindo para a inclusão da região numa dimensão Europeia.

Os novos contactos e, conseqüentemente, as novas redes estabelecidas traduzem-se em benefícios pessoais que vão continuar

no futuro. Os impactos e resultados vão ser vistos a longo prazo e é ao longo do tempo que se vão "limando arestas", pois nem em todos os projectos se verificou o mesmo grau de envolvimento e colaboração, o que pode ser justificado pela falta de disseminação de informação dos objectivos dos projectos e problemas de linguagem²⁶. Em alguns casos o grau de envolvimento variava em função dos fundos e das distâncias e, também, não era fácil encontrar a medida certa do envolvimento dos actores ou saber os impactos dos esforços feitos para tornar toda a gente envolvida, daí a necessidade de um contacto mais estreito entre a coordenação e os governos regionais para aumentar o interesse e o envolvimento de mais actores; a necessidade de mais publicidade e comunicação interna mais eficiente para aumentar o envolvimento; muitos actores necessitam de mais linhas de orientação e encorajamento do que actualmente durante o processo; é importante que os actores sejam envolvidos num processo de aprendizagem contínuo. Mas pode dizer-se que os recursos humanos e o sucesso dos projectos estão fortemente interligados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A UE tem vindo a incentivar o desenvolvimento da SI em toda a Comunidade. As iniciativas regionais deram a oportunidade às regiões mais remotas e menos desenvolvidas de participarem de forma activa na construção da SI, colocando-as em pé de igualdade com outras regiões mais desenvolvidas.

O desenvolvimento da SI é uma realidade em muitas regiões da Europa independentemente da sua localização geográfica, através do desenvolvimento de estratégias e planos de acção regionais coerentes com a realidade das regiões (identificadas pelos actores de desenvolvimento no terreno e que implicam parcerias entre actores locais regionais públicos e privados seguindo uma abordagem ascendente). Estas envolvem transformações aos níveis económico, social e institucional com a presença das TIC, que se repercutem na vida das pessoas, variável segundo os países e as regiões.

A existência das TIC é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade no actual contexto da Nova Economia, sem desprezar a

²⁵ Fundada pelas regiões IRISI e RISI em 1998.

²⁶ Essencialmente nas regiões onde se fala mais do que uma língua.

sua utilização e compreensão adequadas, o nível de competências, a adequação dos formadores, as infra-estruturas, etc., que ajudam a SI a desenvolver-se de uma forma eficiente. Só assim se poderá criar um país moderno, com uma cultura forte, com elevados níveis de educação, com boas relações entre cidadãos e instituições e com elevado dinamismo em termos de desenvolvimento.

A tentativa de desenvolvimento da SI ao nível das regiões através da definição de estratégias adequadas às respectivas realidades alcançou resultados positivos que deverão servir de exemplo com "boas práticas", de apoio e orientação a outras regiões.

BIBLIOGRAFIA

- Barnier, M. (2003). "Fonds structurels: impact positif sur la société de l'information". Communiqués de Presse (18/03/2003). (http://europa.eu.int/comm/regional_policy/sources/docgener/evaluation/rado_fr.htm)
- CE (1991). "Europa 2000 – Uma visão de conjunto para o desenvolvimento do território da Comunidade". (COM, 1991).
- CE (1993). "Livro branco crescimento, competitividade e Emprego: desafios e pistas para entrar no século XXI". COM (93) 700 final, Bruxelas (5/12/93).
- CE (1994a). "A Europa e a sociedade global da informação: recomendações do Conselho Europeu". SPOCE, Luxemburgo (26/5/94).
- CE (1994b). "A via europeia para a sociedade da informação". COM (94) 347 final, SPOCE.
- CE (1995). "Guia das acções inovadoras do desenvolvimento regional (artigo 10 do FEDER 1995-1999)". SPOCE, Luxemburgo.
- CE (1996a). "Viver e trabalhar na sociedade da informação: prioridades para as pessoas". COM (96) 389, SPOCE, Luxemburgo.
- CE (1996b). "Fundos estruturais e fundo de coesão, 1994-1999". SPOCE, Luxemburgo.
- CE (1996c). "Primeiro relatório sobre a coesão económica e social". SPOCE, Luxemburgo.
- CE (1996d). "Green paper living and working in the information society: people first" (http://europa.eu.int/ISPO/infosoc/legreg/docs/people_1st.htm)
- CE (1996e). "De Corfu a Dublin, as Novas Prioridades" (<http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/12471.htm>)
- CE (1997a). "A coesão e a sociedade da informação" COM (97) 7. Comunicação da Comissão ao Parlamento, ao Conselho, ao Comité das Regiões e ao Comité Económico e Social, Bruxelas.
- CE (1997b). "Agenda 2000: por uma união mais forte e mais ampla". COM (97), SPOCE, Luxemburgo, (15/7/97).

- CE (1998). "Perspectivas de emprego na sociedade da informação". COM (98) 590, SPOCE, Luxemburgo.
- CE (1999a). "Sexto relatório periódico sobre as regiões e a União Europeia". Boletim ½
- CE (1999b). "eEurope: uma sociedade da informação para todos". COM (1999) 687 final, Bruxelas
- CE (2000a). "Guia das iniciativas comunitárias 1994-1999". SPOCE, Luxemburgo.
- CE (2000b). "eEurope 2002: uma sociedade da informação para todos". Plano de Acção, Conselho da União Europeia. COM (2000) 330 final, Bruxelas (14/06/2000). (http://www.europa.eu.int/information_society/eeurope/action_plan/pdf/actionlan_pt.pdf)
- CE (2000c). "Actualização da eEurope". COM (2000) 783 final. Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu de Nice, 7 e 8 de Dezembro de 2000.
- CE (2001a). "As regiões na nova economia - orientações relativas às acções inovadoras do FEDER para o Período 2000-2006". COM (2001) 60 final, (31/1/2001).
- CE (2001b). "Segundo relatório sobre coesão económica e social. La contribución de las políticas estructurais para a coesão económica e social: resultados e perspectivas" (<http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/g24001.htm>)
- CE (2002a). "Towards a knowledge-based Europe- the European Union and the information society". D.G. Press and Communication. Outubro
- CE (2002b). "eEurope 2005: uma sociedade da informação para todos". COM (2002) 263 final, Bruxelas, (28/5/2002).
- CE (2002c). "eEurope benchmarking report". COM (2002) 62 final. Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu e ao Comité Social e Económico das regiões, Bruxelas, (5/2/2002).
- CE (2002d). "Primeiro relatório intercalar sobre a coesão económica e social", COM (2002) 46 final, Bruxelas (30/1/2002).
- CE (2003a). "Relatório final sobre o eEurope 2002". COM (2003) 66 final, Comunicação da Comissão ao Conselho do Parlamento Europeu, Comité Económico e Social e Comité das Regiões, Bruxelas, (11/2/2003).
- CE (2003b). "Coesão territorial: texto enviado pelos observadores do comité das regiões na convenção". CONV 754/03, (27.05) (OR.fr)., Bruxelas (21/5/2003)
- Crauser, G. (2000). "Innovating regions in Europe (RIS-TITTS) Network". In II Plenary Meeting, Junho, Madrid.
- Gago, M. (2001). "Para um Portugal mais desenvolvido, mais culto e socialmente mais justo". Ciência 2001 in Jornal Público (suplem.), (14/4/2001).
- MCT (2001). "Portugal na Sociedade da Informação". Ministério da Ciência e Tecnologia.
- Neto, P. (2002). "Tecnologias de informação e desenvolvimento regional, novas configurações relacionais e novas proximidades: o processo de construção da memória do território". In Actas, IX Encontro Nacional da APDR, Lisboa.
- SCADPLUS: "Segundo relatório sobre a coesão económica e social: situação actual e balanço" (<http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/g24001.htm>).
- UE (2000). "Quadro Comunitário de Apoio: POSI Programa Operacional Sociedade da Informação 2000-2006". (Aprovado pela Comissão em 28/7/2000).